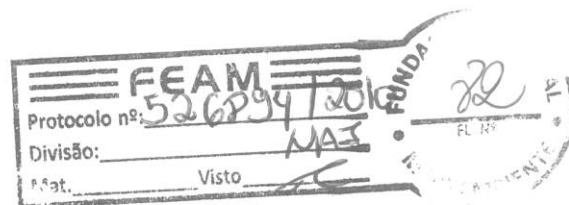


Luiz

AUTO POSTO PASQUALOTTO LTDA
CNPJ: 20.376.216/0001-63 – INS. EST: 784.490487.00-81
Rod MG 050 Km 215 – S/N – Zona Industrial Localizado – **CÓRREGO FUNDO-MG**
CEP: 35.578-000 – Telefone: 37-3322-9170
DEFESA

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental
Núcleo de Auto de Infração
BELO HORIZONTE -MG



REF.: AI – F-1652/2004
PROC. DO AI:03157/2001/002/2005

Senhores,

Pela referência acima a empresa supra vem esclarecer que:

- à época em que ocorrera a notificação e a aplicação da sanção o empreendimento encontrava-se arrendado a um terceiro;
- este constituiu pessoa jurídica distinta para abrigar as operações ali desenvolvidas, portanto, sendo aquela responsável por quaisquer ocorrências de qualquer natureza;
- Ademais, segundo os autos do processo, aquela apresentou defesa intempestiva em nome da arrendadora, o que veio a causar a aplicação da presente multa no importe total de R\$=10.001,00;
- esclarece que só voltou operar o empreendimento em novembro de 2009, ocasião em que iniciou as obras de adequação ambiental para posteriormente - 11/02/2010 - efetivamente retomar as atividades normais;
- salienta que hoje encontra-se devidamente adequada as normas ambientais vigentes, já dispondo da LO, e, atende a todos as exigências formais dos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente;
- protesta, especialmente, contra o valor exorbitante da multa imposta, haja vista, que nenhum ato prejudicial, lesivo, fora perpetrado contra terceiros, ao estado ou ao meio ambiente, entendendo que alguma penalidade, sim, deva ser aplicada, mas compatível com a extensão do dano causado, ou da norma transgredida, mas que isso não constitua em algo que venha dificultar a capacidade financeira do causador tão pouco inviabilizar o seu empreendimento.
- Não pleiteia, aqui, o infrator, a desconsideração do ato punitivo, tão pouco sua extinção, mas a sanção pertinente e parcimoniosa do agente fiscalizador-julgador, na aplicação, de forma que seja imposta a punição, pecuniária, inclusive, sem que com isso destrua o negócio, uma vez que este, agora, encontra-se devidamente licenciado.

Outrossim, espera ver e ter acolhidos os argumentos e ponderações que seguem e, assim, possa regularizar a situação junto a este órgão.

Respeitosamente.

Córrego Fundo-MG, 05 de agosto 2010

Inésio Pedro Pasqualotto
P/ Auto Posto Pasqualotto Ltda
Inésio Pedro Pasqualotto
Sócio Administrador

SIGED



Anote abaixo o número do SIPRO